



Vestibulando,
tu não esquecerás!

Fatos importantes da história, como o impeachment de Fernando Collor, o movimento Diretas Já ou a Lei da Anistia precisam estar fresquinhos na memória de quem se prepara para o vestibular. Mais do que isso. É importante entender a importância desses acontecimentos

MAURÍCIO FRIGHETTO

mauricio.frighetto@diario.com.br

A galeria do Túnel do Tempo do Senado, espaço de painéis que contam os principais fatos históricos da instituição, foi reinaugurada em maio sem contar com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

– Foi um acidente que não deveria ter acontecido – respondeu às críticas José Sarney, presidente da casa.

Mas vestibulando que é ligado em história e atualidades não pode esquecer do *impeachment*, das Diretas Já, da Lei da Anistia. Mesmo porque a redemocratização do Brasil tem sido um dos assuntos mais discutidos no momento.

O professor de história do curso pré-vestibular Objetivo Floripa, Alan Carlos Ghedini, usa o exemplo do concurso da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) para mostrar como atualidades e história estão cada vez mais cobrados em conjunto. Uma das questões abordava a Primavera Árabe, uma série de revoltas em busca de

democracia em países como Egito, Tunísia, Líbia e Síria. Ela começou, mas continua acontecendo.

– Cada vez mais vemos a ponte entre história e atualidade. Acabou aquele conhecimento de almanaque. Agora o vestibulando precisa ter um pensamento crítico – explica o professor Alan.

Pensando neste cenário, a redemocratização do Brasil pode ser um assunto do próximo vestibular. Nas páginas centrais do caderno, apresentamos um resumo dos principais acontecimentos do período que vai do fim da Ditadura até os dias atuais. Servirá, também, como suporte para entender os temas debatidos na atualidade.

A dupla Sarney-Collor, por exemplo, antigos desafetos e hoje integrantes da base aliada de Dilma Rousseff, também são protagonistas de outra discussão: a do fim sigilo eterno para alguns documentos do governo. Ambos são contra.

Outro debate diz respeito à revisão da Lei de Anistia, aprovada ainda na Ditadura. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu não alterar a norma, que possibilitaria a punição de crimes cometidos por agentes da repressão durante o regime militar. Ainda se discute a criação da Comissão da Verdade, que investigaria e faria a narrativa oficial das violações aos direitos humanos durante o período ditatorial.

Até a liberação das chamadas Marcha da Maconha, também pelo STF, pode ser vinculada com a história da redemocratização. Afinal, os ministros se basearam na Constituição, de 1988, uma das principais medidas rumo à democratização, para garantir a liberdade de expressão.

Aliás, a gritaria foi tão grande quando o processo de *impeachment* desapareceu do Túnel do Tempo do Senado que Sarney voltou atrás. Ou seja, é sempre bom lembrar da história.